



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)
370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes - 100 anos da participação do Brasil na I GM
ANO 2018 SETEMBRO Nº 287**

A SAÇA DO GENERAL SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES

*Contribuição do General de Exército Virgílio Ribeiro Muxfeldt,
Membro-Efetivo da AHIMTB/RS*

O relato da vida aventureira do luso-brasileiro Salvador Correia de Sá e Benevides se entrelaça com a história do Brasil-Colônia. Nasceu ele no Rio de Janeiro em 1591, embora historiadores espanhóis registrem Cádiz como seu local de nascimento em 1602. Faleceu em Lisboa em 01 Jan 1681 com 90 anos.

Descendia da influente família Sá, de Portugal, pois seu avô Salvador Correia de Sá, o velho, era primo de Mem de Sá, terceiro Governador-Geral do Brasil. Seu pai, Martim Correia de Sá era casado com Dona Maria de Mendoza y Benevides (ou Benavides), senhora espanhola filha do governador de Cádiz.

Veio para o Brasil com seu pai, estudou no Colégio dos Jesuítas em São Paulo e em Lisboa no Colégio Santo Antônio.

O certo é que com 18 anos começou sua carreira militar participando, com seu pai, governador do Rio de Janeiro (Daí vem o nome da Ilha do Governador, de propriedade de Martim de Sá) das lutas contra os índios hostis que periodicamente, se levantavam contra os colonizadores.

Nessas campanhas aprendeu, com os “índios amigos”, a lutar como um índio, inclusive lutando descalço.

Quando em 1624 os holandeses passaram a infestar a costa brasileira, culminando com a conquista da cidade de Salvador, Salvador de Sá, partindo do Recife, conduziu um comboio de 30 navios carregados de açúcar com destino a Lisboa, esquivando-se da Marinha holandesa, que operava nessa rota buscando atacar os galeões espanhóis que levavam a prata de Potosi para a Europa.

Retornando ao Rio de Janeiro, Salvador de Sá foi instado por seu pai a participar das ações de restauração da cidade de Salvador. Com um contingente recrutado em São Vicente, partiu para a Bahia no comando de uma flotilha. Surpreendido por uma forte tempestade dirigiu-se para Vitória, para reparar as avarias que seus navios tinham sofrido.

Uma esquadra holandesa constituída de 28 navios, sob o comando de Piet Pieterszoon Hein, havia desembarcado um forte contingente em Vitória, com a intenção de saquear a vila, mas os

moradores resistiram e, após oito dias de um duro combate, que teve a participação de Salvador de Sá, derrotados, os holandeses se retiraram com muitas baixas, entre os quais o almirante Guilherme Ians.

Depois da vitória no Espírito Santo, Salvador juntou-se aos combatentes luso-brasileiros que se preparavam para ultimar a libertação da Bahia, o que foi consumado em 1º de maio de 1625.

Em 1630, Salvador viajou a Assunção, capital do Paraguai, para acompanhar sua prima Dona Vitória e seu marido D. Luís Céspedes Xeria, fidalgo espanhol que havia sido designado Governador do Paraguai. Para essa viagem, que teve início em São Paulo, foi organizada uma monção chefiada pelo experiente bandeirante André Fernandes.

A monção desceu os rios Tietê e Paraná, até alcançar uma opulenta redução fundada por jesuítas espanhóis, denominada Ciudad Real del Guairá, na região onde hoje se localiza o município paranaense de Terra Roxa. A partir dessa redução, a comitiva do governador Xeria seguiu por terra até Assunção.

André Fernandes aproveitou essa viagem para reconhecer o itinerário que, mais tarde, seria utilizado pelos bandeirantes paulistas para atacar as reduções da província jesuíta do Guairá.

Salvador de Sá foi enviado a Mato Grosso em 1633 para pacificar um levante dos Paiaguás e Guaicurus que impediam a passagem de expedições e monções nas terras que ocupavam na região dos rios Miranda, Negro e Taquari. Em reconhecimento ao êxito alcançado, tendo firmado um acordo de paz com os índios rebelados Salvador, em 1633, foi nomeado pelo rei Filipe IV (Filipe III de Portugal), Almirante dos Mares do Sul e recebeu uma nova missão, a de reprimir um sangrento levante indígena liderado por um hábil chefe, D. Pedro Chamay, que ocorria na Província de Tucumán, episódio que passou à história da Argentina como “A Guerra dos Calchaques”.

Subindo o Rio da Prata, Salvador de Sá derrotou os revoltosos na Batalha de Perlingarta da qual há um precioso relato escrito pelo governador de Tucumán:

Salvador de Saá, cavallero del áuito de Santiago, hijo de Martin de Saá, Governador del Rio de janeiro, de quien además de su buen nombre y auerse siempre em la guerra, se auia hecho experiencia en esta provincia em la corre-duria que por mi orden hizo em la ciudad de Tucumán contra los yndios del pucará de Aconquija y sua aliados a quienes venció em batalla com muerte de muchos dellos y prisión de su principal cazique, llamado don Pedro Chumay.

En outra carta, fechada también em 1633, este mismo governador alude concretamente a essa batalla ocurrida el 17 de enero de 1632 entre los Acon-quijas juntos a los convocados Mallis y Guasanes, comandados por don pedro Chumay, contra los españoles de Salvador Correa y sus “indios amigos”. Esta batalla finalizaria com la dolorosa derrota para los nativos descripta brevemente em la anterior cita.

Salvador de Sá então casou-se com uma rica viúva crioula de Tucumán, D. Catalina de Ugarte y Velasco, filha de D. Pedro Ramirez de Velasco, Governador do Chile. Pelo casamento, tornou-se grande latifundiário em Tucumán, província que abastecia as minas de prata de Potosi, situadas no Alto Peru, atual Bolívia.

Em fevereiro de 1637 foi nomeado, pela primeira vez, Governador do Rio de Janeiro, com jurisdição sobre territórios hoje pertencentes aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Goiás, cargo que exerceu até 1642.

Apesar das relações de parentesco que o ligavam à Espanha, pois sua mãe e sua esposa eram espanholas, e de ter comandado expedições em campanhas ocorridas em colônias espanholas, nem por isso Salvador de Sá deixava de ser patriota, de ser português. Quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia da revolução ocorrida em dezembro de 1640 em Portugal, que terminaria por restaurar a soberania portuguesa, não hesitou em reconhecer o Duque de Bragança como seu rei. Essa atitude lhe custou a perda dos bens que tinha na Espanha e Peru.

Deixando o governo do Rio de Janeiro em 1643, no ano seguinte o rei D. João IV nomeou-o comandante das flotilhas que deveriam escoltar os navios de carga que partindo do Brasil demandavam Portugal. Fez três viagens, sendo que na primeira escoltou até o porto de Tamandaré, em Pernambuco, oito navios que, da Bahia, levavam a João Fernandes Vieira, que acabava de vencer os holandeses na

batalha do Monte das Tabocas, um reforço de 800 combatentes comandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno.

Em 1647, estando Salvador em Lisboa, D. João IV deu-lhe a missão de reconquistar Angola, que havia sido tomada pelos holandeses em 1641, recomendando que deixasse transparecer que seria uma iniciativa da colônia brasileira e não de Portugal, que nessa ocasião procurava manter boas relações com o governo holandês.

Salvador de Sá imediatamente tratou de organizar uma armada que, pronta, despachou para o Rio de Janeiro onde chegou em janeiro de 1648, assumindo, pela segunda vez, o governo da Capitania, cargo que exerceu até maio desse mesmo ano. No porto, o esperavam cinco galeões da armada portuguesa vindos da Bahia. Ao mesmo tempo em que aprestava os navios que constituiriam a armada que partiria para Angola, começou a reunir os recursos necessários para levar a bom termo a sua missão.

Salvador levou quatro meses para estocar provisões, recrutar os homens necessários e levantar os fundos que custeariam a expedição de reconquista de Angola, tendo o povo do Rio de Janeiro contribuído com expressiva quantia em dinheiro

Com o dinheiro levantado, Salvador fretou mais seis navios e comprou, às suas próprias custas, outros quatro, compondo finalmente a esquadra com quinze navios e 1400 homens.

Preparada a frota e com provisões para seis meses, Salvador de Sá se lança ao mar em 12 de maio de 1648, atingindo a costa africana no dia 12 de julho com apenas onze dos quinze navios que haviam partido do Rio de Janeiro e chegou à baía da cidade de Luanda em 12 de agosto de 1648.

Salvador de Sá soube por dois pescadores aprisionados em mar aberto que a defesa de Luanda contava apenas com 250 homens naquele momento, guarneendo os fortes do Morro e da Guia. Soube também que o sargento-mor, Symon Pieterszoon, responsável pela guarda de Luanda, estava no interior, combatendo os portugueses que resistiam no fortim de Massangano desde a invasão holandesa. Symon Pieterszoon tinha sob seu comando uma força de 225 holandeses, apoiada por um forte contingente de nativos da tribo dos Jagas, da Rainha Nzinga e que, tão logo soubessem da chegada de Salvador em Luanda, estes viriam atacar os portugueses por terra.

Com essas informações, Salvador de Sá percebeu que teria que agir rapidamente. No dia seguinte, atracou no porto de Luanda, enviando três emissários incumbidos de conseguir uma rendição pacífica daquela praça. Os holandeses pediram oito dias para tomar uma decisão, mas os portugueses ofereceram somente dois. Passado o prazo de dois dias, não esperaram resposta dos holandeses e, no dia 15 de agosto, desembarcaram no mesmo ponto onde os holandeses haviam aportado sete anos atrás. Com uma força de 1000 homens Salvador de Sá ordenou que sua tropa marchasse à cidade que, estando praticamente desguarnecida, pouco resistiu.

Entretanto, a verdadeira guerra por Luanda se daria nos fortes do Morro e da Guia, onde os holandeses haviam se encerrado e se preparado para a batalha naqueles dois dias que Salvador ofereceu de prazo para sua rendição.

Na madrugada de 18 de agosto os portugueses iniciaram o ataque aos fortes, perdendo muitos homens na batalha. Ao perceber que a derrota era iminente, Salvador de Sá ordenou a retirada.

Para espanto geral, poucas horas após o malogrado ataque, os portugueses veem uma bandeira branca ser hasteada pelos holandeses que guarneciam o forte do Morro. Em seguida, os holandeses enviam mensageiros para anunciar sua disposição de entregar os fortes de Luanda e as posições avançadas de Kwanza e Benguela, desde que fosse permitido fazê-lo em condições favoráveis. Salvador de Sá não só aceitou a proposta na hora, mas ainda permitiu que os holandeses estipulassem todas as condições da rendição.

No dia 21 de agosto foram assinadas por ambos os lados as condições da rendição. Todas aquelas estipuladas foram cumpridas à risca e os holandeses saíram de Luanda no dia 24 de agosto de 1648. Ao receberem as notícias da capitulação de Luanda, os holandeses de Benguela e da Ilha de São Tomé também abandonaram suas posições, por considerar que seria impossível mantê-las, tal a desproporção das forças em conflito. Tão logo soube da retirada dos holandeses dessas praças,

Salvador de Sá enviou uma Nau com soldados e munições para ocupá-las, de modo que, após essas vitórias, a situação de Portugal na África voltava a ser a mesma que existia antes das invasões holandesas.

Pieterszoon, retornando a Luanda e constatando que seria inútil resistir, também aderiu às condições de rendição estipuladas pelos portugueses. A rainha Nzinga, ao sentir-se desamparada pelos holandeses, firmou um acordo de paz com os portugueses. Antes da invasão holandesa ela tinha sido batizada por um padre português, adotando o nome cristão de Ana de Souza. Os guerreiros da tribo Java também foram batizados.

Após reconquistar Angola, Salvador de Sá permaneceu ainda por três anos e quatro meses como governador dessa colônia. A reconquista de Angola deu muito prestígio a Salvador de Sá tanto em Portugal quanto no Brasil.

Em 1651 Salvador de Sá, missão cumprida, retornou ao Rio de Janeiro e, em novembro de 1659 assumiu, pela terceira vez, o cargo de Governador da Capitania.

Visando equilibrar o orçamento da Capitania, que era deficitário devido à crise enfrentada pela produção de açúcar, que era o esteio da economia local, Salvador de Sá instituiu uma taxa a ser cobrada sobre as posses de cada habitante, o que atingia diretamente os donos de engenho.

Acontece que em 1647, por Carta Régia, a coroa portuguesa, visando proteger o comércio de vinho e aguardente (chamado de bagaceira) com o Brasil, havia proibido a fabricação, transporte e comercialização da aguardente feita de cana-de-açúcar (chamada de cachaça) em toda a colônia. Dadas as características do Brasil, sendo a principal a vastidão de seu território, era praticamente impossível ao governo da colônia fiscalizar o cumprimento dessa lei. Assim, a produção de cachaça continuou, de forma clandestina, principalmente em Pernambuco e no Rio de Janeiro, capitânias onde a cana-de-açúcar era largamente cultivada.

Essa proibição foi revigorada em 1659, quando através de nova Carta Régia, a metrópole determinava ao governo colonial que destruísse os alambiques existentes na Colônia, bem como os navios que transportavam a cachaça, principalmente para Angola.

Com os preços do açúcar em baixa e a proibição de produzir e exportar a Cachaça que fabricavam, os donos de engenho passaram a contestar a nova taxa introduzida por Salvador de Sá.

Essa contestação dos produtores de cachaça, recebeu apoio de mais de uma centena de donos de engenho, que após várias reuniões decidiram resistir à imposição de mais uma taxa.

No início de 1660, o movimento que repudiava a imposição de mais um imposto patrocinado pelo governador Salvador de Sá cresceu, inclusive com a participação das classes menos favorecidas.

Salvador de Sá, logo após a imposição da nova taxa, necessitando viajar a São Paulo, deixou em seu lugar seu tio Tomé de Souza Alvarenga, com a recomendação de que cobrasse o novo imposto, usando a força se necessário.

Na madrugada de 8 de novembro de 1660, um grupo de donos de engenho da região de Niterói e São Gonçalo, liderado pelo fazendeiro Agostinho Barbalho, atravessou a baía e convocou o povo da cidade do Rio de Janeiro, pelo toque de sinos, a reunir-se diante do prédio da Câmara de Vereadores. Totalizavam 112 senhores de engenho, que exigiam o fim da cobrança do novo imposto, bem como a devolução daquilo já arrecadado.

Tomé de Sousa Alvarenga, governador em exercício do cargo durante a ausência de Salvador de Sá, mostrou-se fraco diante dos amotinados que, sob a promessa de pagamento dos soldos em atraso, haviam conseguido o apoio da guarnição local. Refugiando-se no Mosteiro de São Bento, Alvarenga não resistiu a uma ordem de prisão feita pelos revoltosos.

Durante a rebelião, que passou para história como A Revolta da Cachaça, foram saqueadas as casas da família de Salvador de Sá. Alvarenga foi enviado para Portugal junto a uma lista de acusações contra sua família, então poderosa. Agostinho Barbalho foi aclamado como novo governador. Empossado, buscou esfriar os ânimos e procurou agradar à família Sá. Sua atitude conciliadora agradou a Salvador de Sá que, continuando em São Paulo, ao ser informado dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, reconheceu-lhe no cargo.

Esse apoio não agradou aos revoltosos, que derrotaram o novo governador nas eleições para a Câmara de vereadores, que haviam convocado. Seu governo findou em 6 de fevereiro de 1661, quando a Câmara conduziu seu irmão, Jerônimo Barbalho, à governadoria. Este agiu autoritariamente, perseguindo os jesuítas, aliados de Salvador de Sá, e também aos militares. Isso lhe fez surgir poderosa oposição, liderada pelos padres jesuítas.

Salvador de Sá, decidindo reagir aos excessos cometidos por Jerônimo Barbalho, organizou uma tropa de paulistas (na maioria índios e mestiços) e, com o apoio de dois navios que lhe foram enviados da Bahia, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde chegou em abril de 1660.

Ordenado o ataque, na madrugada de 6 de abril as tropas baianas se deslocaram pela praia enquanto Salvador de Sá invadia com o seu contingente o norte da cidade.

Apanhados de surpresa, os revoltosos não opuseram resistência. Aprisionados os líderes, foi montada uma corte marcial que condenou os rebeldes Diogo Lobo Pereira, Jorge Ferreira de Bulhão e Lucas da Silva à prisão, sendo enviados à Portugal para o devido julgamento. Jerônimo Barbalho, único condenado à morte, foi decapitado e sua cabeça afixada no pelourinho da cidade, castigo justificado por Salvador de Sá, em carta ao Rei D. Afonso VI, como um alerta à população para que não cometesse atos semelhantes. Os demais revoltosos acabaram sendo libertados pelo Conselho Ultramarino.

Como o Conselho Ultramarino deu razão aos rebelados, Salvador de Sá, ainda em 1660, foi afastado de suas funções, e teria ele de responder em Portugal por seus presumidos excessos, pois a família Sá tinha perdido a grande influência que até então tinha em Lisboa.

Entregando o governo a seu sucessor, Salvador de Sá partiu para Lisboa, a fim de se defender das acusações de ter cometido atos discricionários no exercício de seu mandato e de ter exercido, a seu favor, a velha prática lusitana, de misturar o público com o privado. Os seus inimigos, que não eram poucos, desde que a rainha regente, a espanhola D. Luísa de Gusmão, o nomeara governador do Rio de Janeiro, trataram de o intrigar junto aos ministros do Conselho Ultramarino, que o condenaram a um degredo de 10 anos para ser cumprido na África, onde ainda ressoavam os ecos das suas vitórias.

Não chegou a cumprir essa pena, pois o príncipe regente, D. Pedro, julgou que era vergonhoso, para Portugal, que o homem que tão altos serviços prestara ao seu país estivesse, quase octogenário, em vias de ser preso como um reles criminoso. Deu ordens para que permanecesse em liberdade e que voltasse para o lugar que lhe pertencia de membro do Conselho Ultramarino. Neste Conselho, advogou a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento às margens do Rio da Prata, o que aconteceu em 1680.

Faleceu nonagerário, conservando até seus últimos dias os dotes que o fizeram credor de todas as homenagens de seu país.

A figura de Salvador Correia de Sá e Benevides representou para a população de Luanda, até a independência de Angola, os três poderes da Cidade Alta: o poder político administrativo, que exerceu enquanto governador durante quatro anos; o poder militar, uma vez que se distinguiu enquanto general que expulsou os holandeses e veio, por isso, a acumular o cargo de capitão-mor de Luanda com o de governador; e o próprio poder eclesiástico, atendendo à sua notável capacidade de influenciar as ordens religiosas, em particular os Jesuítas.

Em 1º de março de 1874, foi instalada em Luanda uma estátua de Salvador de Sá, mandada fazer em alvenaria custeada por subscrição pública. A estátua foi erigida em área nobre, na Cidade Alta, na chamada Praça do Palácio, defronte do Palácio dos Governadores e da Igreja de Jesus, antigo Colégio dos Jesuítas.

O pedestal da estátua ostentava gravado o seguinte dístico: *A Salvador Correia de Sá e Benevides - Restaurador de Angola em 1648.*

Em 1975, uma vez declarada a Independência de Angola e à semelhança do que aconteceu com outras estátuas coloniais da cidade, a estátua de Salvador de Sá foi retirada da praça e depositada na Fortaleza de São Miguel.

